

ALFABETIZAÇÃO: A DESMETODIZAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA E AS REDEFINIÇÕES EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 1980

ALINE ROBERTA TACON DAMBROS (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ),
MICHELE JULIANA DE CARLI ANSELMO DA SILVA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ).

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o processo de desmetodização da alfabetização, ocorrido na década de 1980, bem como as modificações resultadas no âmbito educacional. Para tanto nos pautaremos, principalmente, no trabalho de investigação histórica de Maria do Rosário Longo Mortatti (2000), no qual designa o referido momento como "Alfabetização: Construtivismo e desmetodização", retratando um período de redemocratização, no que tange a novas tematizações, concretizações e normalizações sociais e educacionais. Para a autora, o referido momento, tratou-se de um período de revolução conceitual fundamentada no paradigma de ensino-aprendizagem de Emilia Ferreiro, uma vez que se almejava superar uma visão de ensino subordinada ao nível de maturidade das crianças, quantificadas pelos Testes ABC, de Lourenço Filho, bem como o uso irrestrito das cartilhas sintéticas e analíticas. Frente a um quadro de novas normatizações e concretizações, difundiu-se também no Brasil, a teoria Construtivista, como embasamento teórico dos pressupostos de Ferreiro. Essa proposta nasce com intuito de erradicar fracasso escolar e o analfabetismo, por meio, de uma escola pautada no princípio da democracia e da implantação do ciclo básico de alfabetização. Em síntese, percebe-se que as discussões e novas práticas relativas ao ato de alfabetizar, contribuíram para o avanço significativo do tema em relação a sua profundidade e também a formação dos professores. O próprio conceito de alfabetização ampliou-se, com os estudos de Magda Soares na temática do letramento escolar, isto é, a importância do uso social e cultural da escrita e da leitura, enquanto habilidade que ultrapassa o mecanismo de codificação e decodificação da língua materna.

Palavras-chave:

educação, alfabetização, métodos de ensino.

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o processo de desmetodização da alfabetização, ocorrido na década de 1980, bem como as modificações resultadas no âmbito educacional. Para tanto nos pautaremos, principalmente, no trabalho de investigação histórica de Maria do Rosário Longo Mortatti (2000), a qual designa o referido momento como "Alfabetização: Construtivismo e desmetodização", retratando um período de redemocratização, no que tange a novas tematizações, concretizações e normalizações sociais e educacionais.

Para a autora, o referido momento, tratou-se de um período de revolução conceitual fundamentada no paradigma de ensino-aprendizagem de Emilia Ferreiro, uma vez que se almejava superar uma visão de ensino subordinada ao nível de maturidade das crianças, quantificadas pelos Testes ABC, de Lourenço Filho, bem como o uso irrestrito das cartilhas sintéticas e analíticas.

Frente a um quadro de novas normatizações e concretizações, difundiu-se também no Brasil, a teoria Construtivista, como embasamento teórico dos pressupostos de Ferreiro. Essa proposta nasce com intuito de erradicar fracasso escolar e o alto

numero de analfabetos, por meio, de uma escola pautada no principio da democracia e da implantação do ciclo básico de alfabetização.

Década de 1980: período de redemocratização e novas demarcações educacionais

No final da década de 80 o Brasil vivencia um processo de redemocratização político-social, após muitos anos de ditadura militar que se caracterizava por uma elevada inflação, ação de retenção econômica, hegemônica de poder a determinadas elites, assim como alta taxa de desemprego que assolavam a população brasileira.

De acordo com Hildorf (2003), foram estes obstáculos foram os causadores da grande crise social. A imposição do econômico acima do cultural e social e o predomínio dos interesses privados acima do público marcaram o regime ditatorial, estas iniciativas de privatização eram idealizadas pelo Neoliberalismo, no qual pretendia redefinir o mercado, objetivos, as instituições e os valores da sociedade.

Na educação esta realidade denotou um caráter de formação profissional, visando o progresso social, sem ponderar a formação crítica do individuo. Estes fatores resultaram no agravamento da situação escolar e na redefinição do papel da instituição escolar.

Neste sentido, a escola passou a ser analisada quanto a sua função política e social na formação integral do individuo. Organismos internacionais como CEPAL e UNESCO, também começam a discutir o papel social da escola.

"[...] a educação é concebida a partir de princípios que constituem os "quatro pilares da educação" quais sejam: "aprender a conhecer", "aprender a fazer", "aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros";" e *aprender a ser*". (VIEIRA, 2006, p.134)

Percebe-se que estes problemas até o regime militar eram inerentes, pois a população devido ao mecanismo de censura não conhecia os problemas que desequilibravam a educação brasileira. Após o declínio dos militares, um novo debate surge na educação, estes pretendiam não mais esconder os déficits, mas sim buscar soluções para o alto nível de analfabetismo e ineficiência dos métodos vigentes para alfabetização.

Neste momento, a esfera educacional foi marcada por grandes referenciais do Construtivismo e da desmetodização do ensino, considerados como a saída emergencial dos problemas sociais e educacionais.

O nascimento de um novo paradigma e a desmetodização na Educação

O índice elevado de analfabetos e o fracasso escolar fizeram com que os educadores buscassem uma nova referencia teórico-metodológica para resolução

de tais dificuldades, desenvolve-se então, o Construtivismo, difundido pelas pesquisas da psicogênese e da língua escrita, da pesquisadora Emilia Ferreiro.

O construtivismo (sócio-construtivismo ou construtivistas- interacionistas) foi influenciado pelas teorias da epistemologia genética de Jean Piaget e da pesquisa sócio-histórica de Lev Vygotsky, e ganhou espaço no Brasil a partir da década de 80, principalmente, com Emilia Ferreiro, apresentando uma "base para os estudos acerca do desenvolvimento e da aprendizagem da criança e subsidiando o desenrolar de um processo de ensino centrado na experiência do aluno". (NEGRÃO, 2005, p.82).

Compreende-se que seja uma das correntes teóricas que visa explicar como a inteligência humana se desenvolve partindo do princípio de que o desenvolvimento do cognitivo é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio.

Desta forma, o Construtivismo desloca o eixo de discussão que deixa ser os métodos de ensino para a aquisição e aprendizagem da criança. Logo, as teorias e praticas tradicionais são abandonadas e as cartilhas usadas no processo de alfabetização são criticadas.

Uma das maiores referencia do Construtivismo no Brasil, Emilia Ferreiro, em sua pesquisa sobre a psicogênese do sistema de escrita, procurou analisar a construção da escrita pela criança, com intuito proporcionar aos educadores reflexões sobre os caminhos pelo qual a criança percorre até a construção do código escrito. (SANTOS E CECÍLIO, 2005)

Sua obra "Reflexões sobre alfabetização", destaca a existência de duas dimensões distintas de escrita. A primeira refere-se à Representação, isto é, um código de transcrição gráfico das unidades sonoras. A segunda, a Codificação, ou seja, transcrição das letras do alfabeto em códigos alternativos (Binária, secreto e telegráfico), baseados em uma representação já construída socialmente.

Contudo, Ferreiro (1995) elucida que a construção da escrita acontece em uma ordem sistematizada de representação, e posteriormente, codificação da língua materna.

A invenção da escrita foi um processo histórico de construção de um sistema de representação, não um processo de codificação. Uma vez construído, poder-se-ia pensar que o sistema de representação é aprendido pelos novos usuários como um sistema de codificação. (p.12)

A diferenciação entre o sistema de codificação e o de representação não é apenas terminológica, na prática alfabetizadora também ocorre uma nítida distinção. Se considerarmos a escrita como um código de transcrição que converte as unidades sonoras em unidades gráficas, privilegia-se a capacidade de discriminação perceptiva. Assim sendo, a linguagem é reduzida ao exercício de uma serie de sons, e a pratica da leitura concentra-se na exercitação das diferenciações sonoras.

Deste modo, se a escrita é compreendida como um código de transcrição, sua aprendizagem é concebida como uma habilidade técnica. Porém, se a escrita é

entendida como um sistema de representação sua aprendizagem se define como apropriação conceitual.

O trabalho de Emilia Ferreiro[...] é uma das mais valiosas e recentes contribuições no sentido de considerar a escrita como a representação da linguagem e não como um código de transcrição gráfica de unidades sonoras. Por outro lado ela considera a criança, que aprende, como um sujeito ativo que interage de modo produtivo com a alfabetização. (MORTATTI, 2000, p.252)

Considera-se que os estudos de Emilia Ferreiro, propiciaram no meio acadêmico uma crescente produção de materiais sobre aquisição da linguagem escrita e oral na criança, vale ressaltar que a intenção da autora não é criar um método educacional, mas formular fundamentos teóricos abalizados na teoria construtivista com intuito de impulsionar um novo olhar para o processo de aquisição da leitura e da escrita.

Uma breve reflexão sobre a história dos métodos de ensino

No paradigma Construtivista, a ênfase do ensino torna-se o papel do educador e da escola na aprendizagem do educando, refutando os métodos e procedimentos de ensino tradicional. Logo, as teorias e praticas tradicionais são abandonadas e as cartilhas usadas no tempo de alfabetização são criticadas.

Um dos materiais mais questionados pelos educadores foram os testes ABC, criado por Lourenço Filho, caracterizou-se como uma técnica de avaliar as habilidades e prever as possibilidades de aprendizado da criança, estes possuíam também o objetivo de verificar a maturidade necessária à alfabetização.

Todavia, a aplicação dos testes foi impugnada, pois, segundo psicólogos e pedagogos da época, propiciavam um caminho para a formação de classes homogêneas e rotulavam os alunos, ao invés de resolver os problemas de aprendizado dos mesmos.

Outra crítica tange a utilização das cartilhas. As primeiras cartilhas brasileiras focalizavam aspectos de subunidade da língua, e embasavam-se nos métodos da marcha sintética, ou seja, no Método de soletração, no Método Silábico ou no Método Fônico.

No método de soletração, a ênfase estava em ensinar a combinação de letras e sons, fazendo com que os alunos decorassem as letras alfabéticas e as sílabas, em um mecanismo de associação de estímulos visuais (forma das letras) e auditivos (som das letras). Para Carvalho (2005), o maior problema desse método, configura-se em trabalhar com palavras soltas, fora do contexto significativo ao aluno. Essa metodologia pode ser conferida nas cartas do ABC.

Habilitar jovens e crianças para entender o mecanismo de combinação entre as sílabas, era a ação fundamental do Método Silábico, por meio da cartilha que seguia uma ordem do mais simples para o mais complexo, isto é, vogais, ditongos,

famílias silábicas, dificuldades ortográficas e sílabas travadas (terminadas com r, s e l). Por priorizar a prática de codificação e decodificação, esse método não visa à compreensão efetiva do aluno na área do conhecimento estudado. (CARVALHO, 2005). A cartilha da Infância, de Thomaz Galhardo, é o principal material exclusivo do método de silabação.

O método Fônico, por sua vez, focaliza a atenção do aluno para a dimensão sonora da língua, ensinando o aluno a produzir oralmente os sons das letras e uni-las formando sílabas. Como cada letra (grafema) é resumida como um fonema (som), quando a criança depara-se com uma mesma letra que apresenta diferentes sons, em determinadas posições, a compreensão da relação som-letra tende a ser dificultada. Exemplos de métodos fônicos, Método da casinha feliz (1950) e Método da Abelhinha (1970).

Os métodos sintéticos, em geral, parecem privilegiar o sentido do ouvido na relação com os sinais gráficos e neles eram comuns os exercícios de leitura em voz alta e ditado: todas estas atividades guardam coerência com um tipo de pressuposto: o da transformação da fala em sinais gráficos. (FRADE, 2007, p. 25)

De acordo com Frade (2007), no segundo conjunto de métodos, os analíticos, há a priorização da compreensão textual, rompendo com as práticas exclusivas de decifração. As cartilhas embasadas nessa perspectiva, configuravam-se no Método da palavração, no Método de sentencição ou no Método global de contos.

O método da palavração apresenta as palavras em agrupamentos e os alunos aprendem a reconhecê-las visualmente (memorização gráfica). É incentivada a leitura de palavras, dirigindo a atenção para os detalhes de cada palavra, como sílaba, letra e som. No Brasil, a concretização do método pode ser verificada na cartilha Primeira Leitura, de Arthur Joviano (1907).

A tomada da unidade maior sentença (frase), é o ponto de partida do Método de sentencição, que depois de reconhecida globalmente é decomposta em palavras e sílabas.

No Método global de contos, o ensino da leitura efetiva-se a partir de pequenas histórias adaptadas ou criadas pelo professor. A unidade original são os textos, que são trabalhados e memorizados durante certo período, para que, posteriormente, seja decomposto em sentenças, palavras e sílabas.

Pode-se dizer que o sentido privilegiado nos métodos analíticos é a visão e que os principais exercícios envolvidos neste método voltam-se para o reconhecimento de palavras sem que se passe por uma leitura labial. Neles é muito incentivada a leitura silenciosa e a cópia [...] (FRADE, 2007, p. 29)

Embora muitas tenham sido as disputas de emprego do melhor método para o ensino da língua materna. Um ponto convergente, a todos os críticos, foi de que ambas vertentes se assemelham, enquanto suas superficialidades e mecanização do ensino no processo de alfabetização.

No palco deste embate, e ambicionando uma reorganização do sistema público de ensino, em 14 de março de 1988, foi institucionalizado pelo decreto nº 2545, o Ciclo Básico de Alfabetização, constituindo-se como os primeiros passos para se reformar as escolas públicas de 1º grau. Desta forma, o governo oferece o ensino escolar com o intuito de reverter os fracassos nas séries iniciais que resultam em um alto índice de evasão e repetência.

O Ciclo Básico de Alfabetização constitui-se como um prolongamento do tempo de alfabetização da criança, de um para dois anos, reunindo as primeiras e segundas séries em salas de aproximadamente 30 alunos e acompanhados por um mesmo professor. O aluno inserido neste sistema não é reprovado pelo professor, fato que alonga o tempo do aluno na escola. Portanto definiu-se como:

[...] a principal medida de um elemento de projetos pedagógicos voltados para a melhoria da qualidade do ensino, ampliação das oportunidades de acesso e permanência na escola pública e busca maior aproveitamento da comunidade escolar (pais, professores e alunos) no sistema educacional. Concebido e implantado num cenário sombrio, vinha, todavia, iluminado por grandes esperanças de transformação da realidade escolar brasileira. Pretendia-se por intermédio dele e a luz das novas concepções a respeito do processo de ensino aprendizagem, vencer a barreira da repetência logo no início da escolarização, promovendo uma profunda, ainda em gradual, mudança no mundo de atuar na escola (SILVA, DAVIS, 1993, p.9-12 apud MORTATTI, 2000, p.262).

O corpo docente neste período recebia um treinamento do governo, a fim de capacitar os professores na prática do ciclo básico bem como ampliar as discussões sobre os velhos temas, a partir de novas perspectivas. Entretanto, a realidade denunciava uma capacitação frágil e supérflua, o que resultava em uma má fundamentação e preparação para enfrentar os desafios da ação pedagógica.

Depois dos anos noventa, uma nova abordagem didática -pedagógica passa a ser implementada nas séries iniciais, 1º a 8º série, os livros didáticos, Coleção ALP Novo -Análise, Linguagem e Pensamento. Criado pela educadora Maria Fernandes.

Os livros estão estruturados em cinco módulos, divididos em três grandes seções: Leituras, que apresentam diferentes trechos que estabelecem procedimentos de leitura intertextual, situação de criação e produção da escrita, oral e extraverbal; Análise e reflexão linguística, que desenvolve o estudo gramatical; e a Vivência e construção, que propõem um trabalho com leitura e tarefas diversificadas, envolvendo a produção textual.

A proposta pedagógica que permeia este livro é de colocar o aluno em contato com variedades de textos, distribuídos e estudados em todas as seções, indicando a importância de se trabalhar com a diversidade de usos da língua para a construção do conhecimento linguístico.

As tarefas de produção textual seguem às características estruturais apontadas pela análise dos textos para leitura. As propostas visam incentivar a maior circulação dos textos, extrapolando o contexto escolar, como a várias situações de uso da língua escrita.

Os conhecimentos lingüísticos possuem articulação com as habilidades de leitura. Por exemplo, nas atividades de leitura dos textos, apresentam-se questões que procuram destacar a gramática, evidenciando as marcas lingüísticas neles presentes. Desta forma, o estudo gramatical prioriza categorias de análise que visam o reconhecimento e à classificação das estruturas lingüísticas.

Considerações Finais

Com as discussões e novas praticas relativas ao ato de alfabetizar, pode-se considerar que os estudos sobre o tema avançaram significativamente em relação a sua profundidade e também a formação dos professores. O próprio conceito de alfabetizar ampliou-se com os estudos de Magda Soares na temática do letramento escolar, isto é, a importância do uso social e cultural da escrita e da leitura, enquanto habilidade que ultrapassa o mecanismo de codificação e decodificação da língua.

Atualmente, podemos salientar que a cobrança antiga, que se tinha em se definir um método que embasasse a atuação pedagógica do educador, no decorrer das ultimas duas décadas, vem sendo secundarizadas, uma vez que importante, não é definir um método para o ensino das crianças, mas tem consciência de que uma única metodologia, dificilmente, atingirá a efetiva aprendizagem de todos homogeneamente. Assim, escolher apenas um caminho como verdade metodológica não significa a garantia da aquisição da escrita e leitura do código lingüístico.

Por fim, podemos ressaltar que na medida em que velhos embates se solucionam, energeticamente, novas questões pedagógicas vão se evidenciando, a ponto de ratificarmos que o desafio, antes de alfabetizar um maior numero de indivíduos, hoje passa a ser, alfabetizar os mesmos, mediante a um ambiente letrado, processo o qual Soares (2004) denomina alfabetizar letrando.

Referências

CARVALHO, M. *Alfabetizar e letra: um diálogo entre a teoria e a pratica*. Petrópolis, Vozes, 2005.

FERREIRO, E. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995

FRADE, I. C. A. S. *Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais*. Educação (UFSM), v. 32, p. 21-40, 2007.

HILSDORF, M.L.S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 125- 134.

MORTATTI, M. R. L. *Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular*. Caderno Cedes, ano XX, nº. 52, novembro/2000.

_____. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

_____. Alfabetização: Construtivismo e Desmetodização. In: *Os sentidos da Alfabetização*. São Paulo, UNESP: CONPED, 2000, p.251- 288.

_____. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Seminário Alfabetização e letramento em debate, Brasília: 2006.

NEGRÃO, M. T. F. *Processo Construtivista*. Maringá: EAD, 2005, p. 81- 125.

SANTOS, A.R; CECILIO, S.R. Teorias de aprendizagem da língua escrita. In: SANTOS. A.R; RITTER, L.C.B (Orgs). *Alfabetização e linguagem*. Maringá; EDUEM, 2005, p.81-99.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2004, n.25, pp. 5-17.

VIEIRA, S. L. Escola - Função social, gestão e política educacional. In: *Gestão da educação - Impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 129 - 145.

Alfabetização: a desmetodização do ensino da língua materna e as redefinições educacionais na década de 1980

DAMBROS, Aline Roberta Tacon¹

SILVA, Michele Juliana de Carli Anselmo²

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o processo de desmetodização da alfabetização, ocorrido na década de 1980, bem como as modificações resultadas no âmbito educacional. Para tanto nos pautaremos, principalmente, no trabalho de investigação histórica de Maria do Rosário Longo Mortatti (2000), a qual designa o referido momento como “Alfabetização: Construtivismo e desmetodização”, retratando um período de redemocratização, no que tange a novas tematizações, concretizações e normalizações sociais e educacionais.

Para a autora, o referido momento, tratou-se de um período de revolução conceitual fundamentada no paradigma de ensino-aprendizagem de Emilia Ferreiro, uma vez que se almejava superar uma visão de ensino subordinada ao nível de maturidade das crianças, quantificadas pelos Testes ABC, de Lourenço Filho, bem como o uso irrestrito das cartilhas sintéticas e analíticas.

Frente a um quadro de novas normatizações e concretizações, difundiu-se também no Brasil, a teoria Construtivista, como embasamento teórico dos pressupostos de Ferreiro. Essa proposta nasce com intuito de erradicar fracasso escolar e o alto número de analfabetos, por meio, de uma escola pautada no princípio da democracia e da implantação do ciclo básico de alfabetização.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá-PR. Bolsista do Programa de Educação Tutorial- PET MEC/SESU

² Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá-PR. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq

Década de 1980: período de redemocratização e novas demarcações educacionais

No final da década de 80 o Brasil vivencia um processo de redemocratização político-social, após muitos anos de ditadura militar que se caracterizava por uma elevada inflação, ação de retenção econômica, hegemônica de poder a determinadas elites, assim como alta taxa de desemprego que assolavam a população brasileira.

De acordo com Hildorf (2003), foram estes obstáculos foram os causadores da grande crise social. A imposição do econômico acima do cultural e social e o predomínio dos interesses privados acima do público marcaram o regime ditatorial, estas iniciativas de privatização eram idealizadas pelo Neoliberalismo, no qual pretendia redefinir o mercado, objetivos, as instituições e os valores da sociedade.

Na educação esta realidade denotou um caráter de formação profissional, visando o progresso social, sem ponderar a formação crítica do indivíduo. Estes fatores resultaram no agravamento da situação escolar e na redefinição do papel da instituição escolar.

Neste sentido, a escola passou a ser analisada quanto a sua função política e social na formação integral do indivíduo. Organismos internacionais como CEPAL e UNESCO, também começam a discutir o papel social da escola.

“[...] a educação é concebida a partir de princípios que constituem os “quatro pilares da educação” quais sejam: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros”,“ e *aprender a ser*”. (VIEIRA, 2006, p.134)

Percebe-se que estes problemas até o regime militar eram inerentes, pois a população devido ao mecanismo de censura não conhecia os problemas que desequilibravam a educação brasileira. Após o declínio dos militares, um novo debate surge na educação, estes pretendiam não mais esconder os déficits, mas sim buscar soluções para o alto nível de analfabetismo e ineficiência dos métodos vigentes para alfabetização.

Neste momento, a esfera educacional foi marcada por grandes referenciais do Construtivismo e da desmetodização do ensino, considerados como a saída emergencial dos problemas sociais e educacionais.

O nascimento de um novo paradigma e a desmetodização na Educação

O índice elevado de analfabetos e o fracasso escolar fizeram com que os educadores buscassem uma nova referencia teórico-metodológica para resolução de tais dificuldades, desenvolve-se então, o Construtivismo, difundido pelas pesquisas da psicogênese e da língua escrita, da pesquisadora Emilia Ferreiro.

O construtivismo (sócio-construtivismo ou construtivistas- interacionistas) foi influenciado pelas teorias da epistemologia genética de Jean Piaget e da pesquisa sócio-histórica de Lev Vygotsky, e ganhou espaço no Brasil a partir da década de 80, principalmente, com Emilia Ferreiro, apresentando uma “base para os estudos acerca do desenvolvimento e da aprendizagem da criança e subsidiando o desenrolar de um processo de ensino centrado na experiência do aluno”.(NEGRÃO, 2005, p.82).

Compreende-se que seja uma das correntes teóricas que visa explicar como a inteligência humana se desenvolve partindo do princípio de que o desenvolvimento do cognitivo é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio.

Desta forma, o Construtivismo desloca o eixo de discussão que deixa ser os métodos de ensino para a aquisição e aprendizagem da criança. Logo, as teorias e praticas tradicionais são abandonadas e as cartilhas usadas no processo de alfabetização são criticadas.

Uma das maiores referencia do Construtivismo no Brasil, Emilia Ferreiro, em sua pesquisa sobre a psicogênese do sistema de escrita, procurou analisar a construção da escrita pela criança, com intuito proporcionar aos educadores reflexões sobre os caminhos pelo qual a criança percorre até a construção do código escrito. (SANTOS E CECÍLIO, 2005)

Sua obra “Reflexões sobre alfabetização”, destaca a existência de duas dimensões distintas de escrita. A primeira refere-se à Representação, isto é,

um código de transcrição gráfico das unidades sonoras. A segunda, a Codificação, ou seja, transcrição das letras do alfabeto em códigos alternativos (Binária, secreto e telegráfico), baseados em uma representação já construída socialmente.

Contudo, Ferreira (1995) elucida que a construção da escrita acontece em uma ordem sistematizada de representação, e posteriormente, codificação da língua materna.

A invenção da escrita foi um processo histórico de construção de um sistema de representação, não um processo de codificação. Uma vez construído, poder-se-ia pensar que o sistema de representação é aprendido pelos novos usuários como um sistema de codificação. (p.12)

A diferenciação entre o sistema de codificação e o de representação não é apenas terminológica, na prática alfabetizadora também ocorre uma nítida distinção. Se considerarmos a escrita como um código de transcrição que converte as unidades sonoras em unidades gráficas, privilegia-se a capacidade de discriminação perceptiva. Assim sendo, a linguagem é reduzida ao exercício de uma série de sons, e a prática da leitura concentra-se na exercitação das diferenciações sonoras.

Deste modo, se a escrita é compreendida como um código de transcrição, sua aprendizagem é concebida como uma habilidade técnica. Porém, se a escrita é entendida como um sistema de representação sua aprendizagem se define como apropriação conceitual.

O trabalho de Emilia Ferreira[...] é uma das mais valiosas e recentes contribuições no sentido de considerar a escrita como a representação da linguagem e não como um código de transcrição gráfica de unidades sonoras. Por outro lado ela considera a criança, que aprende, como um sujeito ativo que interage de modo produtivo com a alfabetização. (MORTATTI, 2000, p.252)

Considera-se que os estudos de Emilia Ferreira, propiciaram no meio acadêmico uma crescente produção de materiais sobre aquisição da linguagem escrita e oral na criança, vale ressaltar que a intenção da autora não é criar um método educacional, mas formular fundamentos teóricos abalizados na teoria construtivista com intuito de impulsionar um novo olhar para o processo de aquisição da leitura e da escrita.

Uma breve reflexão sobre a história dos métodos de ensino

No paradigma Construtivista, a ênfase do ensino torna-se o papel do educador e da escola na aprendizagem do educando, refutando os métodos e procedimentos de ensino tradicional. Logo, as teorias e praticas tradicionais são abandonadas e as cartilhas usadas no tempo de alfabetização são criticadas.

Um dos materiais mais questionados pelos educadores foram os testes ABC, criado por Lourenço Filho, caracterizou-se como uma técnica de avaliar as habilidades e prever as possibilidades de aprendizado da criança, estes possuíam também o objetivo de verificar a maturidade necessária à alfabetização.

Todavia, a aplicação dos testes foi impugnada, pois, segundo psicólogos e pedagogos da época, propiciavam um caminho para a formação de classes homogêneas e rotulavam os alunos, ao invés de resolver os problemas de aprendizado dos mesmos.

Outra crítica tange a utilização das cartilhas. As primeiras cartilhas brasileiras focalizavam aspectos de subunidade da língua, e embasavam-se nos métodos da marcha sintética, ou seja, no Método de soletração, no Método Silábico ou no Método Fônico.

No método de soletração, a ênfase estava em ensinar a combinação de letras e sons, fazendo com que os alunos decorassem as letras alfabéticas e as sílabas, em um mecanismo de associação de estímulos visuais (forma das letras) e auditivos (som das letras). Para Carvalho (2005), o maior problema desse método, configura-se em trabalhar com palavras soltas, fora do contexto significativo ao aluno. Essa metodologia pode ser conferida nas cartas do ABC.

Habilitar jovens e crianças para entender o mecanismo de combinação entre as sílabas, era a ação fundamental do Método Silábico, por meio da cartilha que seguia uma ordem do mais simples para o mais complexo, isto é, vogais, ditongos, famílias silábicas, dificuldades ortográficas e sílabas travadas (terminadas com r, s e l). Por priorizar a pratica de codificação e decodificação, esse método não visa à compreensão efetiva do aluno na área do

conhecimento estudado. (CARVALHO, 2005). A cartilha da Infância, de Thomaz Galhardo, é o principal material exclusivo do método de silabação.

O método Fônico, por sua vez, focaliza a atenção do aluno para a dimensão sonora da língua, ensinando o aluno a produzir oralmente os sons das letras e uni-las formando sílabas. Como cada letra (grafema) é resumida como um fonema (som), quando a criança depara-se com uma mesma letra que apresenta diferentes sons, em determinadas posições, a compreensão da relação som-letra tende a ser dificultada. Exemplos de métodos fônicos, Método da casinha feliz (1950) e Método da Abelhinha (1970).

Os métodos sintéticos, em geral, parecem privilegiar o sentido do ouvido na relação com os sinais gráficos e neles eram comuns os exercícios de leitura em voz alta e ditado: todas estas atividades guardam coerência com um tipo de pressuposto: o da transformação da fala em sinais gráficos. (FRADE, 2007, p. 25)

De acordo com Frade (2007), no segundo conjunto de métodos, os analíticos, há a priorização da compreensão textual, rompendo com as práticas exclusivas de decifração. As cartilhas embasadas nessa perspectiva, configuravam-se no Método da palavração, no Método de sentencição ou no Método global de contos.

O método da palavração apresenta as palavras em agrupamentos e os alunos aprendem a reconhecê-las visualmente (memorização gráfica). É incentivada a leitura de palavras, dirigindo a atenção para os detalhes de cada palavra, como sílaba, letra e som. No Brasil, a concretização do método pode ser verificada na cartilha Primeira Leitura, de Arthur Joviano (1907).

A tomada da unidade maior sentença (frase), é o ponto de partida do Método de sentencição, que depois de reconhecida globalmente é decomposta em palavras e sílabas.

No Método global de contos, o ensino da leitura efetiva-se a partir de pequenas histórias adaptadas ou criadas pelo professor. A unidade original são os textos, que são trabalhados e memorizados durante certo período, para que, posteriormente, seja decomposto em sentenças, palavras e sílabas.

Pode-se dizer que o sentido privilegiado nos métodos analíticos é a visão e que os principais exercícios envolvidos neste método voltam-se para o

reconhecimento de palavras sem que se passe por uma leitura labial. Neles é muito incentivada a leitura silenciosa e a cópia [...] (FRADE, 2007, p. 29)

Embora muitas tenham sido as disputas de emprego do melhor método para o ensino da língua materna. Um ponto convergente, a todos os críticos, foi de que ambas vertentes se assemelham, enquanto suas superficialidades e mecanização do ensino no processo de alfabetização.

No palco deste embate, e ambicionando uma reorganização do sistema público de ensino, em 14 de março de 1988, foi institucionalizado pelo decreto nº 2545, o Ciclo Básico de Alfabetização, constituindo-se como os primeiros passos para se reformar as escolas públicas de 1º grau. Desta forma, o governo oferece o ensino escolar com o intuito de reverter os fracassos nas séries iniciais que resultam em um alto índice de evasão e repetência.

O Ciclo Básico de Alfabetização constitui-se como um prolongamento do tempo de alfabetização da criança, de um para dois anos, reunindo as primeiras e segundas séries em salas de aproximadamente 30 alunos e acompanhados por um mesmo professor. O aluno inserido neste sistema não é reprovado pelo professor, fato que delonga o tempo do aluno na escola. Portanto definiu-se como:

[...] a principal medida de um elemento de projetos pedagógicos voltados para a melhoria da qualidade do ensino, ampliação das oportunidades de acesso e permanência na escola pública e busca maior aproveitamento da comunidade escolar (pais, professores e alunos) no sistema educacional. Concebido e implantado num cenário sombrio, vinha, todavia, iluminado por grandes esperanças de transformação da realidade escolar brasileira. Pretendia-se por intermédio dele e a luz das novas concepções a respeito do processo de ensino aprendizagem, vencer a barreira da repetência logo no início da escolarização, promovendo uma profunda, ainda em gradual, mudança no mundo de atuar na escola (SILVA, DAVIS, 1993, p.9-12 apud MORTATTI, 2000, p.262).

O corpo docente neste período recebia um treinamento do governo, a fim de capacitar os professores na prática do ciclo básico bem como ampliar as discussões sobre os velhos temas, a partir de novas perspectivas. Entretanto, a

realidade denunciava uma capacitação frágil e supérflua, o que resultava em uma má fundamentação e preparação para enfrentar os desafios da ação pedagógica.

Depois dos anos noventa, uma nova abordagem didática -pedagógica passa a ser implementada nas series iniciais, 1º a 8º série, os livros didáticos, Coleção ALP Novo –Análise, Linguagem e Pensamento. Criado pela educadora Maria Fernandes.

Os livros estão estruturados em cinco módulos, divididos em três grandes seções: Leituras, que apresentam diferentes trechos que estabelecem procedimentos de leitura intertextual, situação de criação e produção da escrita, oral e extraverbal; Análise e reflexão lingüística, que desenvolve o estudo gramatical; e a Vivência e construção, que propõem um trabalho com leitura e tarefas diversificadas, envolvendo a produção textual.

A proposta pedagógica que permeia este livro é de colocar o aluno em contato com variedades de textos, distribuídos e estudados em todas as seções, indicando a importância de se trabalhar com a diversidade de usos da língua para a construção do conhecimento lingüístico.

As tarefas de produção textual seguem às características estruturais apontadas pela análise dos textos para leitura. As propostas visam incentivar a maior circulação dos textos, extrapolando o contexto escolar, como a várias situações de uso da língua escrita.

Os conhecimentos lingüísticos possuem articulação com as habilidades de leitura. Por exemplo, nas atividades de leitura dos textos, apresentam-se questões que procuram destacar a gramática, evidenciando as marcas lingüísticas neles presentes. Desta forma, o estudo gramatical prioriza categorias de análise que visam o reconhecimento e à classificação das estruturas lingüísticas.

Considerações Finais

Com as discussões e novas praticas relativas ao ato de alfabetizar, pode-se considerar que os estudos sobre o tema avançaram significativamente em relação a sua profundidade e também a formação dos professores. O próprio conceito de alfabetizar ampliou-se com os estudos de Magda Soares na

temática do letramento escolar, isto é, a importância do uso social e cultural da escrita e da leitura, enquanto habilidade que ultrapassa o mecanismo de codificação e decodificação da língua.

Atualmente, podemos salientar que a cobrança antiga, que se tinha em se definir um método que embasasse a atuação pedagógica do educador, no decorrer das últimas duas décadas, vem sendo secundarizadas, uma vez que importante, não é definir um método para o ensino das crianças, mas tem consciência de que uma única metodologia, dificilmente, atingirá a efetiva aprendizagem de todos homogeneamente. Assim, escolher apenas um caminho como verdade metodológica não significa a garantia da aquisição da escrita e leitura do código lingüístico.

Por fim, podemos ressaltar que na medida em que velhos embates se solucionam, energeticamente, novas questões pedagógicas vão se evidenciando, a ponto de ratificarmos que o desafio, antes de alfabetizar um maior número de indivíduos, hoje passa a ser, alfabetizar os mesmos, mediante a um ambiente letrado, processo o qual Soares (2004) denomina alfabetizar letrando.

Referências

CARVALHO, M. Alfabetizar e letra: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, Vozes, 2005.

FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995

FRADE, I. C. A. S. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. Educação (UFSM), v. 32, p. 21-40, 2007.

HILSDORF, M.L.S. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 125- 134.

MORTATTI, M. R. L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: Um pacto secular. Caderno Cedes, ano XX, nº. 52, novembro/2000.

_____. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

_____. Alfabetização: Construtivismo e Desmetodização. In: Os sentidos da Alfabetização. São Paulo, UNESP: CONPED, 2000, p.251- 288.

_____. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Seminário Alfabetização e letramento em debate, Brasília: 2006.

NEGRÃO, M. T. F. Processo Construtivista. Maringá: EAD, 2005, p. 81- 125.

SANTOS, A.R; CECILIO, S.R. Teorias de aprendizagem da língua escrita. In: SANTOS. A.R; RITTER, L.C.B (Orgs). Alfabetização e linguagem. Maringá; EDUEM, 2005, p.81-99.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2004, n.25, pp. 5-17.

VIEIRA, S. L. Escola – Função social, gestão e política educacional. In: Gestão da educação – Impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006, p. 129 – 145.